

Legitimação dinástica e senhoril na Crónica de el-rei D. João

Monika Aring da Silva Ramos Mauro, Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg

A ascensão ao poder da dinastia de Avis em Portugal no ano de 1385 representa uma mudança radical nas até então existentes relações de poder em Portugal. Enquanto a dinastia de Borgonha, que estava no poder desde a fundação de Portugal como reino independente, foi afastada, o novo rei D. João I não era somente o filho mais jovem e ilegítimo do rei anterior D. Pedro I, mas também mestre da Ordem de São Bento de Avis, duas características que tradicionalmente o excluíam da linha de sucessão ao trono. As circunstâncias por trás de sua ascensão ao poder eram igualmente duvidosas. Depois da morte de seu meio-irmão e rei D. Fernando I, o poder régio deveria ser passado para D. Beatriz, filha de dez anos do rei falecido e noiva do rei D. João I de Castela. Por conta da idade de D. Beatriz, era a viúva do rei, D. Leonor Teles, que deveria assumir a regência até a maioridade de sua filha. Contudo a população portuguesa, principalmente o povo miúdo e a burguesia da cidade de Lisboa, já mostravam os primeiros sinais de insatisfação em relação à nova regente, que não usufruía de uma reputação favorável entre o povo português pela sua predileção por Castela e seu favorecimento da nobreza. O povo temia a perda da independência de Portugal por causa da relação próxima de D. Leonor Teles e sua filha com o reino de Castela.

Os apoiadores de D. João se aproveitaram do estado de ânimo tenso para ganhar o povo lisboeta para a causa do mestre de Avis por meio da simulação do seu assassinato por partidários da rainha, que resultou em um protesto na frente das residências reais. Os tumultos em Lisboa culminaram em uma revolta rural generalizada, na qual camponeses invadiram castelos e residências e mataram nobres favoráveis a Castela. Enquanto isso D. João I de Castela e seu exército entravam em Portugal a pedido de D. Leonor Teles para defender as reivindicações ao trono de sua filha. Nas cortes de Coimbra de março de 1385 os partidários de D. João de Avis conseguiram convencer os membros do conselho de que D. João, apesar de seu status como eclesiástico e filho ilegítimo, era o melhor candidato ao trono em comparação com sua sobrinha e seus meios-irmãos, que estavam foragidos em Castela. Pouco depois de sua aclamação a rei, D. João I derrotou o exército do rei castelhano na batalha de Aljubarrota, se impondo de forma incontestável como rei de Portugal.

Tanto a inépcia de D. João para suceder ao trono como as circunstâncias por trás de sua ascensão ao poder, que na pior das hipóteses pode ser considerada uma usurpação¹, representavam um obstáculo à longevidade da dinastia por ele fundada. Seu filho e sucessor D. Dinis I estava muito provavelmente ciente deste fato, razão pela qual já em 1434, um ano após a morte de seu pai, ele encarregou o supervisor do arquivo real, Fernão Lopes, com a redação de uma crônica sobre D. João I. Adicionalmente ele deveria escrever crônicas sobre os reis passados de Portugal, mas uma carta de D. Dinis I revela que deveria ser dada ênfase aos grandes feitos do virtuoso D. João I.² Além da Crônica de el-rei D. João somente as crônicas sobre D. Pedro I e D. Fernando I sobreviveram aos dias atuais. Elas não são somente nitidamente mais curtas, mas suas temáticas também convergem para a Crônica de el-rei D. João, que serve de foco dentro da narrativa. Como exemplo pode ser citada a ideia da predestinação divina de D. João, que aparece pela primeira vez na crônica de D. Pedro I por meio de um sonho do monarca, no qual um de seus filhos com o nome de João salva o reino de Portugal em chamas. D. Pedro I conclui que cabe a Deus escolher qual dos seus dois filhos com o nome de João está predestinado a esse grande feito.³ Essa predestinação divina alcança o seu potencial máximo na Crônica de el-rei D. João, na qual o povo de Lisboa confere a D. João o apelido de Messias de Lisboa, que com ajuda de Deus irá livrar Portugal da ameaça castelhana.

Por meio de sinais divinos, comparações bíblicas e o apoio incondicional do povo verdadeiramente português, Fernão Lopes procura ao longo de sua narrativa legitimar tanto as reivindicações ao trono de D. João como a liceidade da dinastia de Avis. Apesar de seu defeito de nascença, que o fazia o candidato menos provável ao trono português, D. João incorpora na crônica lopesiana as características de um regente bom e justo, que defende a população simples e burguesa em prol dos interesses nacionais. Por fim, a Crônica de el-rei D. João representa por meio da figura de D. João I e seus partidários a vontade nacional de autodeterminação. Desta forma o povo português reivindica seu direito de “escolher um regente próprio, de origem nacional e ancestral (senhor natural), despreocupados com um contrato fechado entre reis e contra toda tentativa estrangeira,

¹ Em relação ao possível caráter usurpatório da ascensão ao poder de D. João I veja PINA BALEIRAS, Isabel de, Portugal 1385: a people's choice or coup d'etat? em: *Dynastic Change. Legitimacy and Gender in Medieval and Early Modern Monarchy*, ed. por Ana Maria RODRIGUES/Manuela SANTOS SILVA/Jonathan SPANGLER, London/New York 2020, p. 43–68.

² „[...] teemos dado Carrego a fernam lopez nosso escprium de poer em caronyca as estorias dos Reys que antygamente em portugal forom Esso meesmo os grandes feytos e altos do muy uertuosso E de grãdes uertudes EIRey meu Senhor e padre cuja alma deus aja [...]”. Chancelaria de D. Afonso V, lib. 19, f. 22v., reproduzido em: Fernão Lopes, *Cronica del-Rei Dom Johan I. Parte Primeira*. Reprodução fac-similada da edição do Arquivo Histórico Português (1915), ed. por Anselmo BRAAMCAMP FREIRE, Lisboa 1973, p. XLV.

³ Fernão Lopes, *Crónica de Dom João I. Primeira Parte*, ed. por Teresa AMADO, Lisboa 2017, cap. XLIII, p. 276–277.

independente de pretexto, de subjugar o reino”.⁴ Se as crônicas de Fernão Lopes de fato serviram seu propósito e consolidaram de forma prática a legitimidade da dinastia de Avis no consciente coletivo não é certo. Todavia a dinastia de Avis fundada por D. João I se manteve no poder em Portugal até o ano de 1580 e foi, entre outras coisas, responsável pela inauguração da era das grandes navegações.

⁴ Traduzido de: BEAU, Albin Eduard, Die Entwicklung des portugiesischen Nationalbewusstseins (Ibero-Amerikanische Studien 16), Hamburg 1945, p. 20.